

# Comarca dos Açores diminuiu número de processos pendentes em 2020, apesar da pandemia

O Tribunal Judicial da Comarca dos Açores manteve em 2020 a diminuição do número de processos judiciais pendentes, apesar das condicionantes provocadas pela pandemia de Covid-19 que levaram a uma “menor celeridade”.

A conclusão consta do relatório anual de gestão do tribunal, divulgado na segunda-feira.

“Não obstante a relativa paragem em razão da pandemia por coronavírus e a menor celeridade decorrente da tomada de medidas de segurança sanitária, que por força afectaram a marcha dos processos, e bem assim a circunstância de durante o primeiro semestre ter estado privado de juízes em três ilhas, o Tribunal Judicial da Comarca dos Açores manteve a linha de diminuição geral das pendências, o que não pode deixar de ser sublinhado num contexto em que cumpriu a sua função à partida diminuído em cinco juízes (incluindo aqueles três), sem computar as naturais ausências por razões legítimas”, lê-se no documento.

O relatório aponta que, para haver esta diminuição, foram tomadas “medidas de gestão de modo a diminuir o impacto das deficiências, medidas que implicaram a intervenção, por junto, de vinte e cinco juízes”.

Segundo o documento, em 2020, a pendência oficial da Comarca dos Açores



foi de 7.900 processos e, em comparação com 2019, a pendência geral diminuiu cerca de 2%.

Em 2020 verificou-se um aumento em 41 dias da duração máxima estimada para uma decisão final (passando de 175 para 216 dias).

Nas conclusões do relatório lê-se também que foi detectado em alguns juízos um “significativo aumento das entradas”, mas que os “resultados alcançados” foram positivos.

Na parte referente às “necessidades materiais e humanas” é apontada a necessidade de assegurar dois juízes no Juízo Local Genérico da Horta e de “assegurar o efectivo preenchimento dos lugares de juiz do” Juízo Local de Santa Cruz da Graciosa e das Flores, lugares que ficaram por preencher em 2019.

O documento alerta para a necessidade de “reverter a degradação do equipamento”, ao nível de computadores, impressos, sistemas de gravação e telefones.

“Para cabal rendimento dos seus seis juízes são necessárias mais duas salas de audiências em Angra do Heroísmo, ar condicionado no Palácio da Justiça de Ponta Delgada e reparação do respectivo sistema nos Palácios da Justiça de Ribeira Grande e Santa Cruz das Flores”, lê-se ainda no relatório anual.

e que se encontra arrendado pelo município à Massa Insolvente até ao dia 1 de

terreno em que está instalado o actual parque de máquinas, sendo também de-

cessos que envolvem o Município de Ponta Delgada e a Massa Insolvente

os que envolvem o bem público”, lê-se numa nota emitida ontem.